Revista Letras Escreve Macapá, AP v. 16 – n. 3 ISSN 2238-8060
DOSSIÊ TEMÁTICO - Línguas ameaçadas: Documentação, descrição, análise, revitalização e ensino
ARTIGO

PROJETO TUPINAMBÁ:

A retomada da língua Tupinambá de Olivença (BA)

TUPINAMBÁ PROJECT:

The revitalization of the Tupinambá language of Olivença (BA)

Revista dos Cursos de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras – Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO
Submissão do trabalho: 26/05/2025
Aprovação do trabalho: 16/09/2026
Publicação do trabalho: 20/11/2026

Consuelo de Paiva Godinho Costa
consuelopaiva@gmail.com
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

COMO CITAR
DE PAIVA GODINHO COSTA, Consuelo. PROJETO TUPINAMBÁ: A retomada da língua Tupinambá de Olivença (BA). Revista Letras Escreve, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 24–38, 2026. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/776.

Resumo

Este é um estudo sobre a história do povo e da língua Tupinambá de Olivença. Tal análise, aliando a Teoria Linguística às *Artes de Grammatica*, revisita o conhecimento linguístico de gramáticas e vocabulários de valor histórico, produzidos pelos padres jesuítas no período colonial, como José de Anchieta e Luis Figueira, considerando também, por outro lado, os conceitos de estudos linguísticos recentes sobre as línguas indígenas em especial, as Tupi. Além disso, também são consideradas as especificidades da variedade linguística que foi, historicamente, falada na região de Olivença, no sul do estado da Bahia – que agora passa por processo de retomada linguística – colaborando com o projeto de retomada cultural e fundiária do povo Tupinambá.

Palavras-chave: Línguas Indígenas; Tupi Antigo; Tupinambá.

Abstract:

This is a study on the history and language of the Tupinambá people from Olivença This analysis, combining Linguistic Theory with the Arts of Grammar, revisits the linguistic knowledge of grammars and vocabularies of historical value, produced by Jesuit priests in the colonial period, while also considering, on the other hand, the concepts of recent linguistic studies on indigenous languages, especially Tupi. In addition, the specificities of the linguistic variety that was historically spoken in the region of Olivença, in the south of the state of Bahia – which is now undergoing a process of linguistic revitalization – are also considered, collaborating on the Tupinamba people's project of cultural and territorial revitalization.

Keywords: Indigenous Languages; Old Tupi; Tupinambá.

Introdução

Recentemente, publiquei uma proposta de análise da Fonologia da língua Tupi[1] que foi desdobramento dos estudos e das reflexões que agora apresento, neste texto. Este trabalho também objetivo apresentar a análise que tornou possível o estabelecimento de um quadro fonético para línguas das quais não temos registros sonoros, somente escritos. Estudos de documentos fac-similares do período colonial e a comparação com sons correlatos em línguas europeias, já bem descritas no período. Além disso, o mapeamento de sons correlatos - e das transformações que sofreram diacronicamente - através dos sistemas fonéticos de línguas da mesma família faladas atualmente, como o Tupinambá moderno e o Guarani Nhandewa. Coroam esta análise as entrevistas e coletas de dados linguísticos com os anciãos das aldeias Tupinambá.

Sendo assim, apresento primeiramente a língua Tupi e sua trajetória, o povo Tupinambá e sua história marcante. A seguir, apresento o quadro fonético proposto, discutindo, após, os procedimentos de estabelecimento das decisões fonéticas.

1 A Língua Tupi

A língua que hoje conhecemos como Tupi Antigo passou por um longo caminho até se estabelecer como língua geral no Brasil colonial. Quando os portugueses tomaram o Brasil, no século XVI, encontraram ao longo do litoral várias comunidades de origem Tupi. Elas falavam variedades de uma mesma língua (*a lingoa mais usada na costa do Brasil*, como a chamou Anchieta) ou línguas irmãs dessa, da mesma família linguística. Nesse momento, a língua era utilizada nas aldeias, pelos indígenas e, claro, devido a seu longo alcance territorial, até se poderia cogitar que pudesse ter, já no período pré-colonial, um grande prestígio regional em certas partes do território, usada, então, por povos não-tupi no contato com os Tupi costeiros, talvez até, como uma forma embrionária de uma língua franca.

Mas a invasão europeia mudou tudo. Com a expansão portuguesa dentro do território da colônia, a língua mais usada pelos indígenas foi então, estendida a um uso como *Língua Geral*, a partir do século XVIII, sobretudo. Esta variedade que chamamos, hoje, de Tupi Antigo, é a mesma que Aryon Rodrigues identificou como sinônimo de 'Tupinambá'. Vejamos:

> O Tupinambá, ou Tupi Antigo, foi documentado no século XVI: em 1575 e 1578 foram publicados os primeiros textos nessa língua pelos franceses Andre Thevet e Jean de Lery, sendo que este último publicou também as primeiras observações gramaticais sobre a mesma; em 1595 foi editada a gramática que dela fez o padre Anchieta. Essa língua também deixou de ser falada na forma em que existia nos séculos XVI e XVII, quando era essencialmente o idioma dos índios Tupinambá (conhecidos regionalmente também pelos nomes Tamoio, Tupinikim,

[1] Costa, Consuelo de P.G., 2026.

> Kaeté, Potiguara, Tobajára, etc), mas pode-se dizer que teve continuidade até hoje, sob forma muito alterada, transfigurada em língua de "civilizados" (RODRIGUES, 1986, p.20).

Especificamente sobre os Tupinambá da região de Olivença (que compreende aldeias presentes nos municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, no sul do estado da Bahia) apontam-nos os escritos do então Reitor do Colégio da Bahia, Padre Fernão Cardim, que a presença dessa etnia era antiga já no século XVII. De fato, a teoria de migração proposta por Brochado (1984)[2] aponta que os povos Tupi ocuparam o litoral nordestino entre 700 e 1200 d.C. Cardim claramente os separa: Tupinambá de Ilhéus para cima (ao norte) e Tupiniquim de Ilhéus para baixo (ao sul)[3].

> Outros há a que chamão Tupinaba: estes habitão do Rio Real até junto dos Ilhéos; estes entre si erão tambem contrarios, os da Bahia com os do Camamu e Tinharê. Por uma corda do Rio de São Francisco vivia outra nação a que chamavão Caaété, e também havia contrarios entre estes e os de Pernambuco. Dos Ilhéos, Porto Seguro até Espirito Santo habitava outra nação, que chamavão Tupinaquim; estes procederão dos de Pernambuco e se espalharão por uma corda do sertão, multiplicando grandemente, mas já são poucos; estes forão sempre muito imigos das cousas de Deus, endurecidos em seus erros, porque erão muito vingativos e querião vingar-se comendo seus contrarios, e por serem amigos de muitas mulheres; já destes há muitos christãos e são firmes na fé. CARDIM (1925, p. 196-7)

[2] Apud Fausto (1992, p. 382).

[3] Esta divisão até hoje se mostra verdadeira, no que pude observar, na relação entre os Tupinambá de Olivença e os Tupiniquim do Espírito Santo. Frequentemente nos encontramos em congressos e eventos sobre línguas e educação indígenas. D'Angelis (comunicação pessoal) explica com maior clareza a questão "No entanto, não se pode desconhecer o fato inconteste de que os indígenas habitantes da Baía da Guanabara, entre os quais Jean de Léry viveu quase um ano, eram Tupinambás, segundo o próprio Léry; que os portugueses identificavam também um grupo Tupinambá como Tamoios, no litoral do Rio de Janeiro; e que Hans Staden esteve preso na divisa do litoral paulista com o Rio de Janeiro, talvez mesmo em Ubatuba, entre os que chamou de Tupinambá; e também são identificados como Tupinambá os índios de Iperoig (Ubatuba) com os quais Nóbrega e Anchieta intermediaram um acordo de paz ou trégua para os portugueses após o ataque a Piratininga (Anchieta, porém, os chama de Tamoio, o que os pesquisadores entendem ser uma 'parcialidade' dos Tupinambá, um grupo local). Então, sob o nome **Tupiniquim** eram identificados aqueles do Espírito Santo, junto aos quais viria a morrer Anchieta, e aqueles de São Paulo de Piratininga (e esses, com alguma reserva; na tese – depois livro – de Benedito Prezia, ele argumenta que quem os chamava de Tupiniquim era, quase sempre, quem vivia com ou era amigo dos Tupinambá)".

Revista Letras Escreve Macapá, AP v. 16 – n. 2 ISSN 2238-8060 - **VOLUME ATEMÁTICO - ARTIGO**



Fonte: D'Angelis (2018, p. 21)

Segundo D'Angelis (2018, p. 21) o mapa acima – elaborado com base nos escritos dos cronistas coloniais, sobretudo, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, de F. Cardim e o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Souza – retrata a distribuição dos povos Tupi ao longo da costa brasileira, como os europeus a encontraram ao invadirem o Brasil, em 1500. Nele, podemos observar o que nos dizem os escritos jesuítas sobre a localização do povo Tupinambá: sobretudo, no litoral do atual estado da Bahia.

A análise de Dantas, Sampaio e Carvalho (1992, p.433) permite-nos delimitar com mais precisão a localização histórica dos Tupinambá e observar sua vizinhança com os Tupiniquim:

> Pelas características do trabalho de conquista e povoamento adotado, partindo da costa e avançando pelo sertão, através do curso dos rios, o conhecimento acerca dos índios da costa, nesse século, é significativo. Assim, resumidamente, é possível afirmar que os Tupinambá estariam distribuídos entre o baixo São Francisco e Camamu; os Tupiniquins dominariam a beira-mar e parte do sertão da baía de Camamu até Caravelas, terras das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro (...).

É relevante observar que os índios Tupinambá aparecem ligados ao aldeamento de Una do Cairu, uma redução de monges Capuchinhos localizada no município de Una, vizinho a Ilhéus (DANTAS, SAMPAIO e CARVALHO, 1992, p. 445). De lá, certamente, foram para Olivença, no

aldeamento de N.S. da Escada, de onde vemos os registros históricos mencionarem-nos pela primeira vez.

Os primeiros registros[4], no início do século XVII, falam de um aldeamento jesuítico chamado de Aldeamento *Nossa Senhora da Escada*, apontado na literatura como o marco inicial, porém, os idosos indígenas afirmam que os Tupinambá já habitavam a região antes da chegada dos europeus, o que é confirmado pelas afirmações de Dantas et alii, supramencionadas.

Viegas, no relatório antropológico que sugere à FUNAI a demarcação das terras Tupinambá em área contínua, afirma que "o local teve origem em 1680 com a edificação do aldeamento jesuíta 'Aldeia de Nossa Senhora da Escada', sendo também área de habitação permanente" (2009, p.1)

Atualmente, o povo Tupinambá, segundo suas lideranças, chega a contabilizar aproximadamente 5000 pessoas vivendo mais de 30 aldeias espalhadas entre Ilhéus, Buerarema e Una, municípios do sul do estado da Bahia.[5] Essas comunidades são organizadas em cacicados, sistema político no qual o domínio de um cacique pode se estender a comunidades vizinhas, com parentesco próximo. Estas aldeias dividem-se em mais de 10 cacicados, havendo frequente rearranjo na organização política. "Ainda no primeiro semestre de 2012 contam nos registros da FUNASA uma população de 4682 índios Tupinambá, sendo que desse universo, 2328 mulheres e 2352 homens" (JESUS COSTA, 2013, p. 38).

Todas as comunidades possuem escola onde as crianças indígenas estudam até o 4º. Ano, depois do que, vão para a escola central, Escola Estadual Indígena Tupinambá de Olivença, localizada na comunidade de Sapucaeira, que tem ensino Fundamental e Médio e atende 1019 alunos Tupinambá[6].

2 Os massacres do Cururupe: os do passado e o do presente

A triste história do povo Tupinambá de Olivença foi marcada por violentos massacres. O primeiro deles, a *Batalha dos Nadadores,* em 1560, quase os levou à extinção. Nessa ocasião, o governador Mem de Sá relatou à coroa que, como resultado da perseguição aos Tupinambá, uma légua (7 km) de corpos foram enfileirados na praia[7]. Outro genocídio, no ano de 1936, foi chamado

[4] (...) segundo o ouvidor [da Bahia] Luis Freire de Veras [em 1768] a partir do livro de assento de batismo mais antigo encontrado na Igreja daquele lugar a data registrada era 20 de novembro de 1682 (fl.32). No entanto, a antropóloga Suzana Viegas ao analisar o mapa da Capitania de Ilhéus, elaborado em 1631 por João Teixeira Albernaz, constatou já naquele ano a existência de uma "Aldeia dos Índios dos Padres", que provavelmente teria dado origem ao Aldeamento de Nossa Senhora da Escada (Viegas, 2007:45). Assim, pode-se pensar que os inacianos desenvolveram atividades de catequese nas aldeias estabelecidas na parte sul da Capitania de Ilhéus, aproximadamente, entre 1631 e 1682 (FERREIRA, 2011:25 - *apud* JESUS COSTA, 2013).

[5] Segundo informações das lideranças indígenas. A Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) oficialmente registra 3700 pessoas. (JESUS COSTA, 2013).

[6] Segundo Jesus Costa (2013, p. 29).

[7] Notícia de Mem de Sá a el-rei de Portugal, em 31 de março de 1560:

' Neste tempo veio recado ao governador como o gentio topenequin da Capitania dos Ilhéus se alevantara e tinha mortos muitos cristãos e distroidos e queimados todos os engenhos dasuquares e os moradores estavão

de *Revolta do Caboclo Marcelino*, mas ficou conhecido também como '*Massacre do Cururupe*'. O Caboclo Marcelino era uma conhecida liderança Tupinambá[8] e guiou seu povo numa revolta contra a construção de uma ponte, ligando Ilhéus a Olivença, localizada na foz do rio Cururupe, o que, de fato, era a materialização do domínio que os coronéis do cacau buscavam sobre a região, considerada boa para a instalação de suas casas de veraneio. Este golpe os levou, novamente, à beira da extinção, já que a partir desses eventos, os Tupinambá, perseguidos, foram obrigados a abandonar a cultura e a língua, que os identificavam como indígenas, pois isso significava a pena de morte naquele contexto. Gerações se passaram nesses quase 90 anos, desde o massacre do Cururupe. A partir da década de 1980 os movimentos de 'autodemarcação' reuniram os vários remanescentes Tupinambá, que vivem nos três municípios baianos, em um grande projeto de retomada cultural, linguística e fundiária[9] que tem apresentado resultados impactantes. Apesar da reação violenta do Estado, que tem engrossado os noticiários locais e nacionais[10], os guerreiros Tupinambá *Pyatã* seguem com os pés firmes, como diz a alcunha.

Com base no estudo histórico da Língua Tupinambá, juntamente com o estabelecimento do inventário fonético (que exemplifico adiante), elaborei também uma proposta de sistema fonológico,

serquados e não comião já a senão laranjas (...) e na noite que entrei nos Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava sete léguas da vila em um alto pequeno toda cercada d'água ao redor d'alagoas e as passamos com muito trabalho e ante manhã duas horas dei n'aldeia e a destroi e matei todos os que quiseram resistir e a vinda vim queimando e destroindo todas as aldeias que ficaram atraz e por se o gentio ajuntar e me vir seguindo ao longo da praia lhe fiz algumas ciladas onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado mar costa brava (...)e lá no mar pelejaram de maneira que nenhum ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os pozeram ao longo da praia por ordem que tomavam os corpos perto de uma legua fiz outras muitas saidas em que destroi muitas aldeias fortes e pelejei com êles outras vezes em que foram muitos mortos e feridos e já não ousavam estar senão pelos montes e brenhas onde matavam os cães e galos e constrangidos da necessidade vieram a pedir misericordia e lhes dei pazes com condição que haviam de ser vassalos de sua alteza e pagar tributo e tornar a fazer os engenhos tudo aceitaram e fizeram e ficou a terra pacifica em espaço de trinta dias onde fui a minha custa dando mesada a toda a pessoa honrada e tão bem digo e tão boa como é notório' (SÁ, 31 de março de 1560. In: CAMPOS, 2006, p. 86 - *apud* JESUS COSTA, 2013, p. 33)

[8] "Marcelino José Alves destacou-se na cena política local entre meados dos anos 1920 até meados de 1930. As notícias sobre suas ações se passam a partir do ano de 1922 quando foi constituída na cidade de Ilhéus uma comissão que tinha por objetivo angariar fundos para construir a ponte do rio Cururupe, que facilitaria o acesso de automóveis entre Ilhéus, Pontal e Olivença. Para Marcelino e os demais nativos, a obra trazia consigo uma série de transformações, especialmente marcadas pela instalação de um modo de vida completamente distinto àquele de Olivença". (ROCHA, 2014, p. 204).

[9] Os Tupinambá de Olivença obtiveram o reconhecimento étnico da FUNAI em 13 de maio de 2002 (FUNAI, 13/05/2002). Cerca de sete anos após, em 20 de abril de 2009, foi publicado no Diário Oficial da União o *Resumo do Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença* (FUNAI, 20/04/2009: p.52-57). JESUS COSTA (2013, p. 29).

[10] Após a publicação no Diário Oficial da União do *Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença* (20/04/2009) aumentou a situação de criminalização, preconceito, perseguição e repressão sobre os índios. Em 2010 foram presos o Cacique Babau e seus irmãos Índio Givaldo e Índia Glicélia. Em fevereiro de 2011 foi a vez da Cacique Maria Valdelice (Jamopoty). Em abril de 2011 foram presos: Cacique Gildo, Índio Mascarado, Índio Del, Índio Maurício, Índio Nil. O Índio Del perdeu a perna após um tiro quando de sua prisão. Estão ocorrendo ações de reintegração de posse violentas, como aconteceu em fevereiro de 2012 no Acuípe (SANTOS, abril de 2012).

publicada recentemente (Costa, 2026). Essa tríade (história, fonética e fonologia) tem, portanto, um importante impacto social já que a retomada linguística atende a um pedido da comunidade Tupinambá e vem tentar minimizar os trágicos efeitos que cinco séculos de colonização violenta e contínua causaram (e causam) à cultura e língua deste povo. Além disso, configura-se como trabalho relevante educacional e socialmente, já que promove a escola bilíngue na aldeia, participa de forma impactante na própria identificação dos indígenas como Tupinambás e contribui com a revitalização cultural tanto no interior da comunidade quanto em relação à sociedade envolvente.

A retomada linguística, para esse povo, representa parte importante de seu projeto maior, que é a retomada cultural, identitária e, em última instância, fundiária. Os Tupinambá de Olivença conseguiram, no ano 2002, o reconhecimento junto à FUNAI, de que sua etnia indígena não estava extinta, fator importantíssimo para auxiliar no processo de retomada das terras, secularmente invadidas, e que agora conta com um (problemático) processo de demarcação em tramitação na esfera federal. Para esta etnia, a possibilidade de retomada de sua língua nativa com todas as suas especificidades dialetais – como propomos aqui – e não da forma "engessada e asséptica" como consta nas 'artes de gramática', evita uma utilização artificial da língua indígena pela comunidade já que, ao contrário, promoverá a língua nativa como um fator identitário da etnia, alcançando, com isso, plena validade educacional e social e sendo de vital importância para o processo não somente linguístico, mas fundiário e étnico, de maneira geral, pelo qual passa esse povo tão marcado pela estória do Brasil.

Escapando pela segunda vez do genocídio, espantosamente, os Tupinambá de Olivença seguem fortes, entretanto, nossos livros de história não mencionam tais atrocidades, cometidas com o conhecimento e, pior, com o apoio do Estado. Resilientes, hoje, existe um forte movimento político no interior da comunidade, que tem se materializado, como vimos, na forma de retomada de antigas terras invadidas por fazendeiros, nas quais os Tupinambá permanecem, mas não sem ameaças às suas vidas. Até que as terras sejam, oficialmente (e efetivamente) demarcadas, a tensão na região tende a continuar e a aumentar. A mídia regional tem registrado, embora de maneira tímida, vários episódios de assassinatos de Tupinambás por milícias armadas mantidas pelos "proprietários" das terras tradicionais Tupinambá, ou seja, o morticínio continua.

Por todos esses motivos, é tão importante para o povo Tupinambá, hoje, poder retomar sua língua e sua cultura, inclusive como marca identitária, que contribui para o fortalecimento do processo de reconhecimento da etnia em relação à sociedade não-indígena, auxiliando também na retomada das terras invadidas.

Este arcabouço linguístico chamado de '*Projeto Tupinambá*' como um todo, vem resgatar uma antiga dívida que as universidade públicas baianas têm com as comunidades indígenas de seu estado que, muitas vezes, precisavam buscar assessoria linguística em universidades de outros estados brasileiros ou, simplesmente, por falta de apoio técnico especializado, desistiam de implementar a escola bilíngue em suas aldeias (ou ainda, como os Pataxó do extremo sul do estado, tocavam esta hercúlea tarefa sozinhos). As comunidades indígenas na Bahia, por localizarem-se em

um estado de colonização muito antiga, têm sofrido (talvez ainda mais que as outras) com as consequências desse devastador processo colonizador. Este trabalho é uma colaboração para reverter essa situação.

Uma das principais frentes da retomada Tupinambá é o paradigma cultural. Nesse sentido, as rezas e as danças (que, para um povo Tupi, estão sempre conectadas) são praticadas cotidianamente e o aprendizado da língua Tupi tem um espaço de destaque nas escolas e na vida social da comunidade. A escola da comunidade é um centro de organização não somente pedagógica, mas política, nesse sentido.

Os Tupinambá de Olivença não são falantes da língua Tupi, tendo o português como língua materna, mas buscando aprender o Tupi como segunda língua. Como consequência disso, as escolas presentes na Área Tupinambá, quando eu os conheci, em 2010, ensinavam somente em português, o que incomodava os indígenas, que veem na retomada cultural e linguística um importante passo para o seu reconhecimento pela sociedade local e também para a retomada fundiária.

Desde então, conheço os Tupinambá de Olivença e contribuo com o seu processo de renascimento linguístico, através de ações realizadas em projetos de pesquisa e extensão, ligados à Universidade onde exerço o cargo de professora titular. Para viabilizar o ensino bilíngue, atendendo a um pedido da comunidade, tenho desenvolvido, desde o início da minha convivência com este povo, o *Projeto Tupinambá*, que se configura como um curso de língua Tupi direcionado aos professores formadores e lideranças indígenas. Tal curso é composto por oficinas de fonética e estudos da sofisticada gramática da língua Tupi, amplamente registrada nas gramáticas e manuais de Tupi Antigo, elaborados desde o período colonial, inicialmente pelos padres jesuítas – entre eles podemos mencionar os trabalhos de José de Anchieta, Luís Figueira, Lemos Barbosa e outros – e, mais recentemente, por linguistas mais inteirados das teorias linguísticas contemporâneas e suas aplicações na educação, como Edelweiss, Rodrigues, D'Angelis, Monserrat e outros. Após 15 anos de trabalho – frequentemente interrompido pela escassez de recursos pela qual passam as universidades públicas no Brasil, problema cuja solução acabou acontecendo por meios digitais[11] – temos um sólido grupo de estudos da língua que forma os *multiplicadores*, já que os alunos do curso de Tupi são professores nas escolas em suas áreas indígenas e lá ensinam a língua a seus alunos, as futuras lideranças Tupinambá.

Como resultado parcial das realizações do *Curso de Tupi,* produzimos um material didático, que é usado pelos professores multiplicadores, que também traz lições para os 'Kurumins'.

Entretanto, para completar o estudo sobre a língua Tupinambá, ainda tínhamos uma lacuna: a apresentação de um estudo fonológico consistente para compor o material de formação dos professores multiplicadores. Esta proposta de análise fonológica foi publicada, como mencionei anteriormente, em Costa (2026).

[11] Relato as experiências do grupo de estudos de língua Tupi nas redes sociais em um artigo publicado em 2016.

O estudo da língua conhecida como Tupinambá de Olivença (município de Ilhéus, BA) começa por estabelecer suas raízes históricas e suas peculiaridades com relação ao Tupi Antigo (Anchieta, 1595; o anônimo 'Vocabulário na Língua Brasílica' DE 1621, editado por Ayrosa, 1938; e por Drummond, 1952; Figueira, 1687; Araújo, 1686; Lemos Barbosa, 1956;) e outras variedades da língua Tupinambá, como o Tupi de São Vicente e litoral paulista, muito bem descrita por Pe. José de Anchieta, em 1595.

Especificamente, este trabalho privilegia as especificidades dialetais da região de Olivença (Ilhéus, Bahia), sendo mais uma peça fundamental que passa a compor o material linguístico que é utilizado pelos professores indígenas nas escolas das áreas. Muito importantes nesse caminho foram os estudos de Aryon Rodrigues sobre a fonologia do Tupinambá e um estudo não publicado de D'Angelis sobre a fonologia do Tupi de Anchieta. Além disso, levamos em consideração as entrevistas dos idosos Tupinambá, na condição de "lembrantes" de termos e frases fragmentárias mas que, como fonte de pesquisa para a fonologia, mostraram-se muito valiosas.

3 Fundamentação Teórica

Anteriormente ao nosso convívio, num esforço muito grande para retomar sua língua, os professores indígenas tupinambá, conhecidos na comunidade como *professores de tupi* e também os professores de 'cultura' – disciplina dedicada à cultura indígena – vinham trabalhando com várias descrições gramaticais do Tupi Antigo e métodos de ensino. O mais usado era o Curso de Tupi Antigo de Lemos Barbosa (1956), mas outras descrições gramaticais e vocabulários também aparecem nesses casos, entre eles, José de Anchieta (1595), Luis Figueira (1687), o *Vocabulário da Língua Brasílica* publicado por Plínio Ayrosa (1938), o *Método Moderno de Tupi Antigo*, de Eduardo Navarro (2005). Além disso, os professores esbarravam em um empecilho bastante grande: a dificuldade gerada pelo fato dessas descrições históricas não utilizarem uma ortografia comum, havendo muitas e profundas divergências entre as escritas. Por isso, além das 'descrições históricas', a análise apresentada aqui considerou descrições atuais e estudos históricos e também estudos recentes de línguas do tronco Tupi, como Cabral e Rodrigues (2007), D'Angelis, W. R. (1998, 2002, 2008), Meliá (1992), Rodrigues (1945, 1958, 1996, 2011 etc), Seki (2000), além de muitos outros.

4 Estabelecimento do Quadro Fonético

O primeiro desafio, para se iniciar o contato com a língua Tupinambá (doravante, utilizo os termos *Tupinambá* e *Tupi* como sinônimos, no que se refere à língua, observadas as questões da introdução), é o estabelecimento do inventário dos sons dessa língua, o que é motivado pela ausência da distinção entre 'fone' e 'letra' no período em que foram escritos todos os trabalhos que, aqui, denominamos de "históricos", ou seja, as gramáticas, vocabulários e catecismos do período colonial, cujos autores, no geral, são os padres jesuítas que, no Brasil, dedicaram-se ao conhecimento da língua

indígena (no singular mesmo, pois os estudos jesuíticos limitam-se quase que completamente à *Língua mais usada na costa do Brasil*, ou seja, o Tupi), com objetivos de catequese. Auxiliou-nos muito nessa tarefa as fontes mais atualizadas de estudos linguísticos recentes e também os dados coletados em campo, com os "lembrantes" contemporâneos do Tupinambá de Olivença (BA).

Esta análise comparativa e complementar é o motivo, portanto, da ausência, no quadro fonético, de elementos tradicionalmente elencados como sons da língua – como é o caso de [d] e [g] – e da presença de outros excluídos historicamente desse inventário, o caso da fricativa glotal [h].

Entre as questões fonéticas e fonológicas que, indispensavelmente tivemos que perseguir, nesse caminho, está o esclarecimento cabal com respeito ao que terá sido a real pronúncia do falar Tupinambá da região Sul da Bahia, ou o que se reconheça como o que deverá ter sido o mais aproximado dele. O escasso material disponível do Tupinambá de Olivença constitui-se de um *corpus* da dados coletado com os idosos da etnia, em campo, de maneira fracionada, em um período de mais de oito anos, desde 2010.Tal *corpus* é composto por fragmentos – sentenças soltas, palavras, partes de canções – das quais os idosos lembravam-se de ouvir os seus pais falarem (temos que nos lembrar que a última geração Tupinambá que foi falante nativa da língua indígena, foi a geração da década de 1930, ou melhor, a geração em idade adulta na década de 30, período das perseguições que culminaram com o massacre do Cururupe e o consequente impedimento de uso da língua indígena, como vimos na introdução). Porém, por mais que a língua Tupinambá estivesse, cronologicamente, próxima a esses que, hoje, são os idosos "lembrantes", o acesso a ela foi completamente interrompido, repentinamente, "*... e ninguém podia falar mais nenhuma palavra na língua, nenhum pai e nenhuma mãe ensinava pros seus filhos, na intenção de proteger eles...*"[12]

O resultado disso, terrível em vários aspectos, sobre os quais já discorremos, linguisticamente, inclusive, foi devastador. Quatro idosos Tupinambá contribuíram com a composição do nosso *corpus* de pesquisa: dois do sexo masculino e dois do sexo feminino, com idades entre 75 e 93 anos. Como nosso contato já dura quase uma década, alguns deles, atualmente, já são falecidos.

A investigação desse *corpus*, portanto, incluiu uma análise comparativa com o Tupinambá registrado por outros autores, em outras épocas e em outras localidades. As fontes consideradas são encabeçadas pela *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil*, do Pe. José de Anchieta, edição fac-similar à de 1595, Antonio de Araújo, edição fac-similar à de 1686, *Catecismo Brasilico*;; a obra do Pe. Luis Figueira *Grammatica da Lingua do Brasil,* escrita em 1687, *Dicionário Anônimo da Língua Geral do Brasil,* de 1621, editado por Plínio Ayrosa, no ano de 1938, e por Carlos Drummond, em 1952, o *Vocabulário na língua Brasílica,* uma obra também anônima, do ano de 1621; de Antonio Gonçalves Dias, *Diccionario da língua Tupy,* publicado em 1858, *Pe*. Lemos Barbosa, o *Curso de Tupi Antigo*, de 1956, Além dos estudos já considerando as teorias linguísticas mais atuais: Aryon Rodrigues (1958), a *Phonologie der Tupinambá-sprache* e o estudo de Wilmar D'Angelis, não publicado,

[12] Fala de um dos idosos Tupinambá, em comentário sobre o massacre.

Revista Letras Escreve Macapá, AP v. 16 – n. 2 ISSN 2238-8060 - **VOLUME ATEMÁTICO - ARTIGO**

Repensando a Fonologia do Tupi na Clássica Descrição de Anchieta (2002/2015)[13].

5 Fones do Tupinambá[14]

		bilabial	alveolar	palatal	velar	glotal
oclusiva	surda	π	τ		κ	/
	sonora	β				
labializada	surda	πω			κω	
	sonora				γω	
fricativa	surda		s ~ tϒs	Σ		
	sonora	B		Z		
Pré-nasalizada		μϒβ	νϒδ		NϒγN	
nasais		μ	ν	↑	N	
vibrante			|			
aproximante		ω		φ	|	

Vogais orais:

	Anteriores	Centrais	Posteriores
Altas	ι	⌈	← υ
Médias-altas	ε		ο
Médias-baixas	E		O
Baixa		α	

Vogais nasais:

	Anteriores	Centrais	Posteriores
Altas	ι)	⌈)	←) υ)
Médias-altas	ε)		ο)

[13] Originalmente escrito em 2002, sob o título *Um estudo do Tupi na descrição clássica de José de Anchieta*, o texto produzido para subsidiar aulas em disciplinas de graduação e pós, ganhou incorporações e sofreu ajustes ao longo dos anos, até a versão 2015, com o título especificamente mencionando a Fonologia.

[14] Fonte: Costa, 2026, p. 213. Aqui constam não somente os fones da variedade do Tupinambá de Olivença, mas também aqueles apontados pelos outros autores considerados, já que o dialeto de Olivença, por ter um *corpus* muito escasso, deixou lacunas quanto a alguns sons.

Baixa		α)	

Ressalto que o conjunto de fones acima não é uma análise fonológica: é um quadro que sistematiza o inventário de sons que proponho que existiam no Tupinambá de Olivença até o início do século XX. Com base nesse quadro, elaborei uma proposta de sistematização da fonologia da língua Tupi apresentada em Costa (2026).

Adiante, entretanto, eu exemplifico o processo de estabelecimento do quadro fonético com base nos estudos e dados. Selecionei como exemplo o estabelecimento da existência do fone [s] fricativa alveolar surda e da africada [τϒσ].

O motivo desta escolha é que sempre me intrigou o fato de uma suposta fricativa alveolar surda [s] ser anotada com 'ç' no período colonial: "Em lugar do s. in princípio, ou médio dictionis serue, ç, com zeura, vt Açô, çatâ." Anchieta (fl. 1, p. 23). Também o Pe. Luis de Figueira (1878, p. 1) aponta a presença do som apresentando fricção na região alveolar, também representado pela letra 'ç':

"As letras, de que se usa nesta língua, são as seguintes. A, B, C, D, E, G, H, I, Y, K, M, N, O, P, Q, R, T, V, X, til. Ficão excluídas, F, L, S, Z. Tambem se não usa rr dobrado, ou áspero."

Sobre este fato foi esclarecedora a explicação de D'Angelis[15] sobre as diferenças fonológicas entre a fricativa alveolar surda e a africada alveolar surda no português da época, que possibilitam pares mínimos como *passo* [´paso] e *paço* ['patso]:

"Os principais anotadores portugueses do século XVI e início do XVII (Anchieta e Figueira) não oscilam nem hesitam em escolher o "*c com zeura*" (ç). E isso tem uma razão: no Português (àquele tempo, exclusivamente europeu) havia dois fonemas distintos, um grafado por < s > e outro por < ç >, este último soando foneticamente mais parecido a uma africada [τϒσ], no entanto, os estudiosos, por algum motivo, parecem preferir crer que o "ç" soaria como [s] (Edelweiss, que respeito e sigo em tudo o mais, aqui diz que o "s" português de então se aproximaria de [Σ], mas sem aduzir provas). A distinção fonológica persistiu, no Norte de Portugal, seguramente até o final do século XIX, talvez entrando no séc. XX."

Sobre esta questão, chamam especialmente a atenção os dois dados a seguir (ambos registrados por mim em Olivença): [κατϒΣι∀σE] "faca" quando o previsto seria [κ⌈∀σE] e [γωατϒΣι∀συ] "grande", quando o previsto seria [γωα∀συ]. No primeiro caso, a vogal [a] substituiria, para um falante de português, a vogal central alta [⌈] pela única vogal central do sistema vocálico do P. B., [a]. Tanto para o dado referente a 'faca' quanto para aquele referente a 'grande', as duas últimas sílabas podem ser interpretadas também como aportuguesamento da sílaba contendo a africada: [τϒσE] e [τϒσυ].

[15] Em comunicação pessoal.

[α∀σO] "eu vou" ANCHIETA (fl. 3v, p. 28): *açô*
ARAÚJO (p. 23): *açó*
LEMOS BARBOSA (p. 80): *a-só*
[ασεπι∀ακ] "eu vejo" ANCHIETA (fl. 5, p. 31) *acepiâc*
VLB (Ayrosa, p.425; Drummond, p. 144): *acepiac*
LEMOS BARBOSA (p. 80): *s-epîak*
[κατΥΣι∀σE] "faca" VLB (Ayrosa, p.229; Drummond, p. 133): *quigcê*
[γωατΥΣι∀συ] "grande" VLB (Ayrosa, p.251; Drummond, p. 150): *guaçû*

Considerações finais

O resultado prático deste estudo é mostrar que a história da língua Tupi na Bahia está diretamente ligada à trágica história do próprio povo Tupinambá de Olivença, que foi obrigado a abandonar sua língua no passado e, agora, a retoma em outro contexto histórico e linguístico. Mais que isso, este estudo possibilita investigar o método de estabelecimento do quadro fonético para línguas consideradas extintas e das quais temos somente registros escritos.

Em perspectiva, este estudo abriu a possibilidade da proposta de um sistema fonológico que é capaz de responder mais adequadamente às questões que, historicamente, têm surgido sobre a língua. Tal análise aproxima a teoria linguística das aplicações práticas que a linguística antropológica pode ter, incluindo as contribuições na educação bilíngue, ao estabelecer um quadro fonético adequado para embasar uma análise fonológica eficiente, o que é fundamental para pensar sobre os alfabetos e seus usos.

Como vemos, a retomada da língua e cultura pelo povo Tupinambá vai além dos muros das escolas e atua como marca identitária imprescindível para o momento social e político que vivem.

O conjunto dos materiais sobre a língua Tupi que os Tupinambá de Olivença utilizam atualmente em suas escolas, têm o subsídio deste estudo fonético e da análise fonológica resultante dele, o que minimiza os (tão comuns) problemas resultantes da interação entre os registros fonéticos e o sistema ortográfico.

Referências

ANCHIETA, Pe. José de, **Arte de Gramática da lingoa mais usada na costa do Brasil**. Ed. Fac-similar à de 1595. São Paulo: Loyola, 1990.

ARAÚJO, Pe. Antonio de. **Catecismo Brasílico**. Lipzig, fac-similar à 1686.

AYROSA, Plinio. **Vocabulário na Língua Brasílica**. São Paulo: Depto. de Cultura, 1938. Cópia disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.

BARBOSA, A. Lemos. **Curso de Tupi Antigo**. R.J: Livraria São José, 1956.

BARBOSA, A. Lemos. **O "Vocabulário na Língua Brasílica"**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1948.

CABRAL, A.S.A.C. & RODRIGUES, A, D. (orgs.). **Línguas e culturas Tupí –** vol. 1. Campinas, SP: Curt Nimuendajú; Brasília: LALI/UNB, 2007.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. Introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Ed. J. Leite, Rio de Janeiro, 1925.

COSTA, Consuelo de P. G. **A Fonologia do Tupi e a revitalização do Tupinambá de Olivença (BA)**. In: IVO e D'ANGELIS (orgs.). Fortalecendo as línguas indígenas: da educação escolar às tecnologias digitais. Campinas, SP: Kamuri, 2026.

D'ANGELIS, W.R. **Como nasce e por onde se desenvolve uma tradição escrita em sociedades de tradição oral?** Campinas: Curt Nimuendajú, 2007.

D'ANGELIS, W.R. et alii. Nasalidade em Tapirapé: interpretação para um caso clássico mal explicado. **Ameríndia**, v. 32, p. 225-238. Paris: CNRS, 2008.

DANTAS, b.g., SAMPAIO, J.A.L. e CARVALHO, M.R.G. Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: um Esboço Histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Gonçalves. **Dicionário Tupy**. Lipsia: F.A. Brockhaus, 1858 [disponível na biblioteca digital Curt Nimuendajú].

DRUMOND, Carlos. **Vocabulário na Língua Brasílica** (vols. 1 e 2). São Paulo: FFLCH-USP, 1952-1953.

EDELWEISS, Frederico. **Tupís e Guaranís. Estudos de etnonímia e linguística**. Salvador: Museu da Bahia, 1947.

_____ **Estudos tupis e tupi-guaranis. Confrontos e revisões**. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Ed., 1969.

EMIRI, L. & MONSERRAT, R. (orgs.). **A conquista da escrita**. Cuiabá: Operação Anchieta; São Paulo: Iluminuras, 1989.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/SMC, 1992.

FIGUEIRA, Pe. Luis. **Grammatica da Lingua do Brasil**. Leipizig: B.G.Teubner, 1878 [fac-similiar à edição de 1687]. Cópia disponível na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.

IVO, Ivana Pereira. **Características Fonéticas e Estatuto Fonológico de Fricativas e Africadas no Guarani-Mbyá**. Campinas, SP: IEL-UNICAMP, 2014.Dissertação de Mestrado.

JESUS COSTA, Erlon Fábio de. **Da Corrida de Tora ao Poranci: a permanência histórica dos Tupinambá de Olivença no sul da Bahia**. Dissertação de Mestrado, C.D.S, UNB, 2013.

MELIÀ, Bartomeu. **La lengua Guaraní del Paraguay**. Madrid: Mapfre, 1992.

NAVARRO, E. A. **Método Moderno de Tupi Antigo**. S. P.: Global, 2005.

ROCHA, Cinthia Creatini. **"BORA VÊ QUEM PODE MAIS": Uma etnografia sobre o fazer política entre os Tupinambá de Olivença (Ilhéus, Bahia)**. Tese de Doutorado, UFSC, 2014.

RODRIGUES, Aryon D. **Phonologie der Tupinambá-Sprache**. Dissertation zur Erlangung Doktorwürde. Universität Hamburg, 1958.

SANTOS, Alan A. P. dos. **Diagnóstico da Violência e Criminalidade em Ilhéus**. Instituto da Promoção da Segurança Pública 283 Municipal, 2012. http://www.slideshare.net/alansantos/diagnstico-da-violncia-e-criminalidade-em-ilheus-ba, acesso em 17/08/2013.

SEKI, Lucy. **Gramática do Kamaiurá. Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu**. São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Edusp, 1987 (5ª. Edição).

VIEGAS, Susana. **Relatório Circunstanciado para Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença**, FUNAI, 2009.